



## Ajuste fiscal será votado hoje em comissão mista

Medida provisória faz parte do pacote do governo para minimizar o déficit orçamentário e aumentar a arrecadação. Relatório em análise apresenta 21 emendas ao texto que está em vigor, alterando alíquotas de diversos tributos

**P**arecer que será votado hoje reduz de 25% para 6% o Imposto de Renda sobre remessas ao exterior de até R\$ 20 mil para pagamento de serviços de viagens de turismo, negócios, treinamento ou missões oficiais. O novo texto retira aumento de tributação que estava previsto para ações e aplicações financeiras.

Para indústrias petroquímicas, aumentam as alíquotas da contribuição no PIS-Pasep-Importação e no Cofins-Importação. Benefícios fiscais para empresas de inovação tecnológica serão suspensos. **3**



Na comissão mista que analisa a Medida Provisória 694, o relator, Romero Jucá, apresentou projeto de lei de conversão

**Dinheiro de venda de terreno pode ter de ir para ensino **7****

**Audiência trata do FGTS no Minha Casa, Minha Vida **8****

**Ação de Legislativos municipais é tema de seminário **2****

**Projeto acaba com chamada telefônica não identificada **6****

**Câmara dará a CPI dados sobre máfia das próteses **8****

**Comissão vota texto sobre energia na Olimpíada do Rio **6****



Claudio Moreira (E), representante das indústrias de materiais de defesa, cumprimenta o senador José Medeiros

## Policial se queixa de colete vencido e arma obsoleta

Em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, representantes de policiais federais e estaduais disseram que atuam sem dispor das condições mínimas de trabalho. Os agentes de segurança pública citaram, por exemplo, que lidam com armamento velho,

recebem coletes à prova de balas com o prazo de validade vencido e dirigem viaturas que não passam pela devida manutenção mecânica. A comissão pediu aos policiais que sugiram projetos de lei que possam melhorar suas condições de trabalho. **6**

## Em homenagem, aposentados se dizem contrários à reforma da Previdência

Entidades que representam aposentados disseram no Plenário que são contrários à reforma previdenciária que o governo pretende

apresentar ao Congresso. Eles temem perder direitos. Os aposentados foram homenageados pelo Senado com uma sessão especial. **2**



Paulo Paim (C) conduz a sessão especial pelo Dia Nacional do Aposentado

especial  
**Cidadania**

## Impressão de relatório de votos a partir de 2018 divide opiniões

Em meio a muita polêmica, incluindo veto e derrubada de veto, foi aprovada no fim do ano passado a obrigatoriedade de impressão de cada voto na urna eletrônica, a partir de 2018. O eleitor não vai levar nenhum papel para casa: vai apenas

conferir se o registro repete o que ele digitou.

Os críticos preveem gastos extras para os cofres públicos e risco de atrasos. Os defensores alegam que a novidade permitirá a recontagem de votos, caso haja suspeita de fraude. **4 e 5**



A impressão foi usada em algumas sessões em 2002, por decisão judicial

## Para senadores, Delcídio precisa esclarecer fala

Segundo jornais, Delcídio do Amaral ameaçou "levar metade do Senado" consigo caso seja cassado por quebra de decoro. Senadores disseram que o colega precisa esclarecer a suposta declaração ou então desmenti-la. O Conselho de Ética do Senado, que trata do caso de Delcídio, terá reunião amanhã. **8**

Geraldo Magalhães/Agência Senado



Na sessão de ontem, participantes também cobraram aprovação de projeto sobre reajuste de benefícios previdenciários

## Aposentados fazem críticas à reforma da Previdência

Em sessão especial no Senado, parlamentares apoiaram pedido de associações para que o governo não mude o sistema previdenciário. Proposta da presidente Dilma deve ser enviada em breve ao Congresso

REPRESENTANTES DE FEDERAÇÕES e associações de aposentados pediram ontem, durante sessão especial no Senado, que não seja feita reforma na Previdência Social. Paulo Paim (PT-RS), que teve a iniciativa da sessão de homenagem aos aposentados e a presidiu, disse que vai combater duramente a reforma, que está prestes a ser encaminhada ao Congresso pela Presidência da República.

O senador afirmou que, caso a reforma seja enviada nos moldes em que está sendo anunciada, ele irá aos 27 estados para debater o assunto. Ele acrescentou que deputado e senador que votarem nessa reforma, “se depender do povo, não se elegem mais para nada”.

Paim fez ainda um discurso em nome do presidente do Senado, Renan Calheiros, em que este aponta a necessidade de recompensar os aposentados com uma política pública de efetiva proteção social, como está na Constituição:

— O projeto que nós já aprovamos aqui no Senado e está na Câmara diz, sim, que o aposentado tem que voltar a receber o número de salários mínimos que ele recebia na época em que se aposentou.

Segundo Paim, os problemas do sistema previdenciário brasileiro são a sonegação, “a roubalheira” e a inadimplência.

— A quem interessa a mentira, e desafio qualquer um a fazer esse debate comigo, do rombo das contas da seguridade? — protestou o senador.

### Resistência

Para aposentados presentes, a reforma interessa aos bancos, que querem privatizar todo o sistema de previdência.

— Temos que lutar por uma Previdência que dê segurança a nós e aos trabalhadores do futuro — disse Iburici Fernandes, presidente da Central Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos.

Para Marisa Ramalho, presidente da Federação das

Mulheres Unidas de Brasília e Entorno, o aumento de dez anos no prazo de contribuição para a aposentadoria feminina é “uma bomba do governo para cima das mulheres”.

As senadoras Ana Amélia (PP-RS) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) também se posicionaram contra a reforma.

— Não é com aumento de impostos que vamos resolver os problemas nacionais e nem tampouco penalizando ainda mais esta classe que está aqui. Não é penalizando e tirando direito adquirido que vamos resolver os problemas do país — disse Ana Amélia.

— Se nós lutamos para que o aposentado tenha hoje o nível de reajuste salarial igual ao que tem o salário mínimo, do outro lado tem gente querendo fazer reforma previdenciária para tirar ainda mais direitos dos aposentados e, principalmente, das mulheres. Não vamos permitir — afirmou Vanessa.

A sessão de homenagem ao Dia do Aposentado, celebrado em 24 de janeiro, foi aproveitada pelos representantes dos aposentados também para defender a aprovação de propostas em análise na Câmara. Entre elas, está o Projeto de Lei 4.434/2008, sobre reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, e a Proposta de Emenda à Constituição 555/2006, que acaba com a contribuição de inativos.

Paim pediu à presidente Dilma Rousseff que reveja a decisão de enviar ao Congresso a proposta de reforma, prevista para abril ou maio:

— Então, presidenta, fica aqui o apelo desta plenária do Senado: revise sua posição, não mande esse projeto de reforma da Previdência. Todo mundo sabe que, quando se fala em reforma, é retirada de direitos.

citária, pois o setor tem um superavit médio de R\$ 50 bilhões por ano. Os bancos que querem privatizar a Previdência estão de olho nesse dinheiro, afirmou o senador.

— A mulher, da área pública ou privada, que agora se aposenta aos 55, vai passar para 65, 10 anos a mais; e o homem, de 60 para 65, segundo dizem — criticou.

Paim também falou sobre as audiências públicas que coordenou em Cuiabá e Campo Grande para debater o projeto que regulamenta a terceirização (PLC 30/2015).

### Paim pede ao governo que não envie a proposta de alteração ao Congresso

Após a sessão, Paulo Paim fez pronunciamento em Plenário em que voltou a pedir ao governo federal que não mande ao Congresso a proposta de reforma da Previdência. Para ele, “mexer nisso agora vai complicar a vida de todos nós, inclusive do governo”. O senador lembrou que há alguns meses já foram aprovadas mudanças no setor e que não se pode mexer nas aposentadorias toda vez que o país passa por uma crise econômica.

Ele disse que não é verdade que a Previdência seja defi-

## Atuação de câmara municipal em ano eleitoral é tema de seminário

A gestão dos Legislativos municipais, especialmente em ano eleitoral, é foco do seminário Urgências Legislativas nas Câmaras Municipais, que começou ontem no Auditório do ILB/Interlegis.

Promovido pela Federação Nacional dos Servidores dos Legislativos e Tribunais de Contas Municipais (Fenalegis), o encontro reúne agentes públicos, assessores e consultores. O objetivo é a capacitação em temas como

autonomia das câmaras, fiscalização do Executivo municipal, transparência e condutas vedadas em período eleitoral. O encontro prossegue até amanhã.

No evento, o diretor do ILB, Helder Rebouças, disse que o instituto, por meio do Programa Interlegis, se empenha em desenvolver ações para capacitar os agentes políticos, em especial os vereadores, para atuarem mais fortemente na política pública das cidades.



Rebouças (2º à esq.) e especialistas na abertura do seminário no ILB, ontem

Ana Volpe/Agência Senado

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



#### CCT Gasto com publicidade

9h O PLS 86/2014, que obriga a administração pública federal a divulgar despesas com publicidade, é um dos itens em análise.

#### DESBUROCRATIZAÇÃO Meio ambiente

9h A Comissão de Juristas da Desburocratização debate licenciamento ambiental.

#### CMA Embalagens

9h30 Na pauta, o PLS 676/2015, sobre embalagens para a comercialização de soda cáustica líquida e água sanitária.

#### MP 694/2015 Imposto de Renda

10h Comissão mista analisa relatório da MP, que aumenta a alíquota do IR de titulares, sócios ou acionistas de empresas.

#### CAE Brinquedos adaptados

10h Análise de projeto sobre a instalação de brinquedos para crianças com deficiência.

#### CE Ensino da arte

11h30 Na pauta, substitutivo ao PLS 14/2015, que fixa diretrizes para o ensino da arte.

#### PRESIDÊNCIA Ministros

11h Renan Calheiros recebe ministros do TST e o corregedor-geral da Justiça do Trabalho e, às 11h30, o ministro Mauro Campbell, da Comissão da Desburocratização. Às 13h, almoço com o Bloco Parlamentar União e Força. Às 15h30, recebe a vice-presidente da Argentina. Às 16h, ordem do dia.

#### CMO Reunião de líderes

13h30 Reunião do colegiado de líderes da Comissão Mista de Orçamento. Às 14h30, a comissão avalia relatórios de prestação de contas, de gestão fiscal e outros.

#### CPI DAS PRÓTESES Reunião

14h A comissão parlamentar de inquérito analisa requerimento.

#### PLENÁRIO Ganho de capital

14h Pauta trancada pela MP 692/2015, que aumenta a taxa sobre ganho de capital. O PLS 131/2015, sobre Petrobras e pré-sal, é o segundo item da pauta.

#### MP 698/2015 Garantia ao FGTS

14h30 Audiência pública para debater a medida provisória, que garante ao FGTS o pagamento de prestações não quitadas do Programa Minha Casa, Minha Vida.

#### TRANSPARÊNCIA Debate

14h30 Após análise de requerimentos, a Comissão de Transparência e Governança Pública faz audiência sobre serviços do Interlegis oferecidos às Casas legislativas.

#### MP 693/2015 Isenções na Rio 2016

15h A comissão mista avalia relatório à MP, que dá isenção de tributos para empresas responsáveis pelo fornecimento de energia nos locais dos Jogos Olímpicos de 2016.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



**Participe:** <http://bit.ly/audienciainterativa>  
 • Alô Senado: 0800 612211  
**Acompanhe:** • Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)  
 • Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)  
 • TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

### TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Comissão mista analisa parecer de Jucá, que elaborou projeto de conversão acatando parcialmente 21 emendas. Entre os setores atingidos, estão o têxtil e o petroquímico

# MP do ajuste fiscal deve ter relatório votado hoje

A COMISSÃO MISTA que analisa a medida provisória sobre redução de benefícios fiscais para aumentar a arrecadação deve votar hoje, às 10h, o relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR). A MP 694/2015 tem prazo de vigência, já prorrogado, até 8 de março. A medida é conhecida como MP do ajuste fiscal e faz parte do pacote do governo federal para minimizar o déficit orçamentário e contribuir para o equilíbrio das contas públicas. O objetivo do pacote é aumentar a arrecadação, neste ano, em aproximadamente R\$ 10 bilhões. A MP atinge empresas que investiram em desenvolvimento tecnológico, as de segmentos como o têxtil e o petroquímico, e os pequenos agricultores do Nordeste.

O parecer de Jucá é pela aprovação parcial de 21 das 109 emendas apresentadas à MP, na forma de projeto de lei de conversão.

## Juros sobre capital

A MP do ajuste fiscal altera a Lei 9.249/1995 para limitar a dedução, para efeito de apuração do lucro real das pessoas jurídicas, dos juros incidentes sobre o capital próprio. Até o advento da medida, os juros sobre o capital próprio eram calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

A partir de agora, os juros continuarão a ser apurados com base na TJLP, desde que a variação não exceda o limite

de 5% ao ano. Além disso, os juros, uma vez pagos aos seus beneficiários ou em seu nome creditados, passam a sujeitar-se, para efeito da incidência de Imposto de Renda retido na fonte, à alíquota de 18%, contra os atuais 15%.

A medida modifica a Lei 10.865/2004 para elevar as alíquotas da contribuição para o PIS-Pasep-Importação, de 0,54%, para 1,11%, e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social-Importação (Cofins-Importação), de 2,46% para 5,02%. Essas contribuições incidem sobre as operações de importação de substâncias usadas na indústria petroquímica, sempre que efetuadas por indústria química

e ocorridos os fatos geradores no exercício de 2016. Entre os produtos contemplados, estão etano, butano, propano, nafta e benzeno.

## Inovação

A proposta suspende, durante o exercício fiscal de 2016, os benefícios fiscais criados pela Lei 11.196/2005, conhecida como Lei do Bem. Essa lei permitiu a empresas de inovação tecnológica deduzirem do cálculo do Imposto de Renda a pagar 60% do montante gasto com pesquisas e desenvolvimento de tecnologias.

A MP 694 também altera dispositivos de outras normas legais. A redação dada pelo relatório ao artigo 60 da Lei

12.249/2010 estabelece que, até 31 de dezembro de 2019, será cobrada de pessoas físicas residentes no país, em viagens de turismo, negócios, serviço, treinamento ou missões oficiais a alíquota de 6% do Imposto de Renda retido na fonte incidente sobre valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos a pessoas ou empresas no exterior, até o limite global de R\$ 20 mil ao mês. Pela regra atual, a cobrança é de 25%.

As operadoras e agências de viagens sujeitam-se ao limite de R\$ 10 mil ao mês, por passageiro, obedecida a regulamentação do Poder Executivo quanto a limites, quantidade de passageiros e

condições para utilização da redução, conforme o tipo de gasto custeado. Para utilização da alíquota reduzida, as operadoras e agências de viagem deverão ser cadastradas no Ministério do Turismo.

## Aplicações

A MP 694 trata ainda da Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Marinha Mercante, do crédito rural e de bancos. O primeiro projeto de conversão apresentado por Romero Jucá, em dezembro do ano passado, aumentaria a tributação sobre ações e aplicações financeiras. Em fevereiro, porém, ele apresentou novo texto, recuando dessas sugestões.



Medida altera, até o final de 2019, alíquota de imposto na fonte sobre valores pagos ou remetidos ao exterior, de residentes no Brasil em viagem de turismo ou negócios

## Bancada feminina define pauta, anuncia Vanessa

A bancada feminina no Senado vai se reunir hoje para definir as prioridades para este ano e a pauta de março, mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, anunciou Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Segundo a senadora, no início dos trabalhos legislativos deste ano, foi publicado um encarte, denominado *Senado Mulher*, na edição do dia 2 de fevereiro do *Jornal do Senado*, onde foram divulgadas as principais ações da bancada.

A sub-representação feminina na política ainda é uma preocupação, disse Vanessa, procuradora da Mulher no Senado. Ela informou que, em breve, a Procuradoria apresentará um ranking da presença feminina na política em todos os estados e em todos os níveis.



## Hélio José defende participação de mulher na política

Foi com muito sacrifício que as mulheres alcançaram o espaço que ocupam hoje na sociedade, disse Hélio José (PMB-DF). O senador citou estudo das ONU Mulheres, entidade das Nações Unidas para a igualdade de gênero, segundo o qual há sub-representação das mulheres nos cargos eletivos, no setor acadêmico e na direção de órgãos públicos e privados.

Segundo Hélio José, o estudo aponta como causas da baixa participação feminina na política: as leis discriminatórias, a falta de acesso aos serviços de educação e saúde e a baixa renda. Quanto à legislação, ele lembrou que há projetos já aprovados no Senado que “promovem o empoderamento das mulheres”, sobretudo na política e nos esportes.



## Ana Amélia critica exigências de listas de material escolar

Ana Amélia (PP-RS) criticou as exigências das listas de material escolar na rede pública de ensino. A senadora apontou “excessos” nos requisitos e no grau de especificação dos materiais cobrados dos alunos.

Ana Amélia salientou que as famílias de muitos dos estudantes têm baixa renda e calculou que R\$ 200 não sejam suficientes sequer para comprar metade da lista de uma escola pública do Distrito Federal, por exemplo.

Para a senadora, as exigências revelam o desvio de foco na educação, que se afasta do objetivo de proporcionar ensino de qualidade e dissemina “analfabetos funcionais”.

— Existe criança no terceiro ano que não sabe ler, não está alfabetizada, mas ela teve de passar de ano. É assim que a lei é feita. Nós estamos enganando, criando uma estatística perversa.

## Para Gurgacz, saneamento é arma contra zika

Erradicar o mosquito *Aedes aegypti*, eliminando os focos de água parada e oferecendo serviços de saneamento básico, é a forma mais eficaz de conter o vírus da zika, disse Acir Gurgacz (PDT-RO). Segundo o Ministério da Saúde, a zika já pode ter afetado 500 mil brasileiros, e é a provável responsável pelo aumento de casos de microcefalia.

— Não venceremos a luta só mobilizando a população. É preciso fazer chegar tratamento de esgoto, coleta regular de lixo e água potável a 30% dos municípios brasileiros, que sobrevivem sem esses serviços — disse o senador.

Gurgacz ainda destacou o combate às doenças tropicais em Rondônia, com redução dos casos de malária e febre amarela nas últimas décadas.



## Alvaro aponta farsa em campanha de combate a doenças

A condução da campanha federal de combate ao mosquito *Aedes aegypti* foi criticada por Alvaro Dias (PV-PR).

— Um governo incapaz de promover mudanças para retomar o crescimento do país também não consegue administrar corretamente uma campanha de combate ao mosquito que transmite a dengue, o vírus Zika e a chicungunha — disse.

O senador lamentou notícias de que o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, e o vice-governador do Distrito Federal, Renato Santana, “integraram uma cena montada” na mobilização contra o mosquito em Brasília (DF). O dono de uma borracharia disse que pneus com água parada foram colocados propositalmente no local apenas para a visita.



# Voto impresso começa a valer em 2018, mas já é alvo de críticas

Justiça eleitoral estima em R\$ 1,8 bilhão o impacto da adoção da medida, que servirá para conferir dados, já que a urna eletrônica será mantida

Patrícia Oliveira

A IMPRESSÃO DO voto será obrigatória a partir das eleições gerais de 2018. Na escolha de presidente, governadores, senadores e deputados, a votação continuará a ser eletrônica, mas um boletim será impresso e arquivado em uma urna física lacrada. Apesar das críticas e da posição contrária do governo, essa medida para permitir a comprovação do voto foi aprovada duas vezes pelo Congresso — na minirreforma política e na derrubada do veto da presidente Dilma Rousseff. Ao chegar da Câmara dos Deputados ao Senado, em julho, o PLC 75/2015 — que deu origem à Lei 13.165/2015 — já previa a obrigatoriedade de impressão do voto. Entretanto, a Comissão da Reforma Política atendeu uma recomendação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) acabando com a exigência. Os técnicos do TSE argumentaram

que imprimir votos é muito caro. Quando a proposta chegou ao Plenário do Senado, em setembro, um grupo de senadores, capitaneado por Aécio Neves (PSDB-MG), propôs a retomada da impressão do voto. Aécio argumentou que o processo de votação não deveria ser concluído até que o eleitor pudesse checar se o registro impresso é igual ao mostrado na urna eletrônica. O veto foi derrubado em novembro do ano passado.

A votação continuará a ser eletrônica, mas será impresso um boletim, para conferência do voto. Registrada a escolha na urna eletrônica, uma impressora ao lado mostra o nome e o número do candidato votado. Esse boletim poderá ser verificado pelo votante e o processo só será finalizado quando o eleitor confirmar a correspondência entre o voto eletrônico e o registro impresso. Caso os dados não batam, o mesário deverá



Urna com impressora de boletim foi usada em 2002 no Distrito Federal e em Sergipe

ser avisado.

O eleitor não levará o comprovante do voto para casa, nem terá acesso ao papel impresso. O registro impresso será depositado em local previamente lacrado, de forma automática e sem contato manual do eleitor, para garantir o total sigilo do voto.

Em caso de suspeita de fraude, a Justiça Eleitoral poderá auditar votos, comparando o que foi registrado na urna eletrônica e o que foi depositado na urna física.

— Você vai lá, vota em deputado estadual [por exemplo], digita o número, aperta, aí imprime e aparece aquele voto. Daí você confere se está ok, você confirma de novo. Aí é que vai contar o voto — explica Romero Jucá (PMDB-RR), relator da minirreforma eleitoral no Senado.

A adoção desse modelo deve representar impacto finance-

ro de R\$ 1,8 bilhão, segundo estimativa do TSE. Haverá aquisição de equipamentos de impressão e despesas de custeio das eleições, além de possíveis problemas apontados pela Justiça Eleitoral — como falhas, fraudes e atraso na apuração.

## Dificuldades

O TSE já avisou que pode pedir ao Congresso que reveja a decisão sobre o voto impresso caso ocorram as mesmas dificuldades registradas em 2002. Naquele ano, uma lei federal determinou a impressão dos votos de todas as sessões eleitorais de Sergipe, do Distrito Federal e de 73 municípios espalhados por todas as unidades da Federação.

Cerca de 7 milhões de eleitores votaram em urnas com impressora. Longas filas, falha nas impressoras e substituição de um grande número de urnas foram alguns dos problemas enfrentados. O tempo de votação chegou a dobrar, segundo o secretário de Tecnologia da Informação do TSE, Giuseppe Janino.

— O eleitor, no momento que vai votar, tem que verificar se o voto que ele registrou na urna, que apareceu na tela, é o mesmo que está sendo impresso. E isso causou atraso, lentidão, filas nas sessões eleitorais. Demora para auditar. O processo não é mais eletrônico, também precisa ser verificado manualmente, onde se tem que manipular os votos impressos para fazer a conferência. Ou seja, o fechamento da votação depende da velocidade do método de manipulação dos papéis — disse.

Janino também ressalta que a Justiça Eleitoral sempre evidenciou seu compromisso da preservação dos dois pilares do processo eleitoral: a segurança e a transparência do processo.



Aécio Neves, Jorge Viana, Ronaldo Caiado, Donizeti Nogueira, João Capiberibe e Ana Amélia divergem sobre a impressão: para uns, ela possibilita a recontagem em caso de suspeita de fraude, para outros, é desnecessária diante da segurança da urna eletrônica

## Medida divide opinião de senadores, que ou temem retrocesso ou querem permitir verificação

O TSE orientou a presidente Dilma Rousseff a vetar a obrigação do voto impresso nas eleições. O principal argumento do governo foi o custo para a implementação do sistema. A exposição de motivos, no entanto, não convenceu os parlamentares.

No dia 18 de novembro, o Congresso derrubou o veto da presidente: 368 deputados e 56 senadores votaram pela retomada do voto impresso.

A adoção do voto impresso em todas as sessões eleitorais

é considerada um retrocesso pelo primeiro-vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC). — Há quase uma unanimidade na Justiça Eleitoral de que cerca de 20% das urnas poderão ter problema durante o processo de votação. Então, a eleição voltaria a ser uma coisa problemática — afirmou.

Os argumentos a favor do voto impresso são de que ele permite auditar o resultado das eleições. Ronaldo Caiado (DEM-GO) destacou que, se houver suspeita de fraude, existe a possibilidade de

refazer a contagem dos votos. — Se você não tem o voto impresso, que garantia terá de que esse resultado possa ser auditado e conferido? Nenhuma. Se não tem como conferir, não tem como confiar.

Aécio Neves ressaltou que a impressão do voto conta com o apoio da maioria dos eleitores e facilita o esclarecimento de alguma dúvida.

— Essa proposta, na realidade, mantém o processo como ele é. Mas permite que, na eventualidade de um magistrado avaliar

quaisquer denúncias em relação a um município, a um estado ou a um conjunto de urnas, haja possibilidade a posteriori de alguma conferência, seja por amostragem, seja em determinada urna — disse.

## Segurança

Já Donizeti Nogueira (PT-TO) considera a impressão um gasto desnecessário. Ele ressaltou a segurança da votação eletrônica, onde não há qualquer conexão com a internet ou outro meio de transmissão de dados. Isso, na

opinião dele, impossibilitaria a invasão da urna por hackers.

— A urna que não tem ligação com nada. É uma peça única e exclusiva ali, na sala, não está interligada com nenhuma rede de comunicação. Eu não vejo necessidade de impressão do voto. Temos um sistema e maneiras para fiscalizar a operação da urna eletrônica com segurança, não precisamos de mais esse dispositivo que vai onerar o país e, provavelmente, fazer com que a votação demore mais — criticou João Capiberibe (PSB-AP)

votou a favor do voto impresso e rebateu o argumento de que ele vai custar muito caro.

— O Brasil não é mais pobre que a Venezuela, que a Argentina, que a Bolívia. E lá eles têm o voto impresso.

Para Ana Amélia (PP-RS), a impressão do voto na urna eletrônica é um direito do eleitor em relação à democracia.

— E também em relação à segurança de que o nome do candidato que foi digitado deva ser acompanhado também da impressão do voto — afirmou.



Giuseppe Janino, do TSE, lembra que a impressão atrasou votações em 2002



Renan Calheiros (C) preside sessão do Congresso que derrubou veto presidencial à obrigatoriedade de impressão dos votos

## TSE já tem rotina contra fraude, mas está aberto a aperfeiçoamentos

Para explicar a segurança do atual modelo de votação eletrônica, o TSE informa que utiliza em todos os estados, desde 2006, uma rotina conhecida como votação paralela. Depois que as urnas são instaladas nos locais de votação, na véspera do pleito, o juiz eleitoral faz um sorteio de algumas delas. As urnas escolhidas — depois de conferidas pelos funcionários da Justiça Eleitoral e pelos presidentes das seções — são retiradas desses locais e levadas para tribunais regionais eleitorais (TRES). Nas salas dos TRES são instaladas câmeras que filma toda a votação.

— Todos os votos são feitos de forma explícita, ostensiva, gravada e registrada. No final desse evento, verifica-se se aquilo que entrou correspondeu àquilo que saiu. Inclusive existe uma empresa auditando — explicou Giuseppe Janino. O secretário do TSE diz

que a votação eletrônica deu segurança, transparência e muita agilidade ao processo de totalização dos votos e divulgação dos resultados. Em poucas horas o país fica sabendo quem são os candidatos eleitos.

No entanto, para o ministro do TSE Henrique Neves, essa agilidade não é a preocupação primordial do tribunal.



Henrique Neves, do TSE, diz que evitar fraudes é mais importante que agilidade

se demorar uma hora, um dia ou dois, o importante não é o tempo, e sim a integridade. Neves disse também que o TSE não é contra nenhuma medida capaz de aperfeiçoar o sistema de votação no Brasil e reiterou que a principal missão do órgão é assegurar a legalidade e a legitimidade do processo eleitoral.

— O tribunal não é o dono nem o senhor da razão. É um órgão criado para evitar fraudes eleitorais, para conduzir o processo eleitoral. Estamos completamente abertos para receber os representantes dos partidos políticos, do Congresso Nacional, da academia e de quem desejar apresentar alguma solução que possa contribuir para o processo eleitoral. Seja de quem for a sugestão, vamos examinar. A posição do TSE é de colaborar e aperfeiçoar o nosso sistema eleitoral.

## Especialistas defendem que mudança pode garantir mais transparência

O voto impresso também é defendido pelo consultor legislativo do Senado Arlindo Fernandes e pelo professor de Ciência da Computação da Universidade de Brasília (UnB) Pedro Rezende. Para eles, a medida pode garantir mais transparência nas eleições.

Segundo Arlindo, imprimir o voto é uma maneira de checar a

funcionalidade da urna eletrônica e é "da maior importância para o regime democrático".

Para o consultor, "uma das principais características de uma democracia sólida é a possibilidade de fiscalizar os procedimentos adotados para determinar como se vota e como se apura o voto".

— O Brasil usa a urna eletrônica

de primeira geração, que é a mais simples e a menos segura. Em outros países já estão usando urnas eletrônicas, que são modelos muito mais avançados e seguros — observou.

Pedro Rezende acrescenta que a urna eletrônica é um computador "que executa rigorosamente aquilo para que foi programado".

— Se é programado para fazer eleição limpa, ele faz a eleição limpa. Se for programado para fazer eleição manipulada, faz eleição manipulada. O voto que foi mostrado para candidato "A" pode ser somado para candidato "B" e ninguém tem como ver isso, porque isso está acontecendo dentro dos circuitos eletrônicos — adverte.

## Projeto de Paulo Bauer estabelece sorteio de urnas para conferência

Mudanças no voto impresso estão previstas em um projeto em análise no Senado. Paulo Bauer (PSDB-SC) apresentou proposta para que todas as urnas tenham um mecanismo que possibilite a impressão. No entanto, nem todos os votos precisariam ser impressos.

Segundo o PLS 392/2014, que se encontra na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), apenas 3% das urnas de cada zona, sorteadas pelo juiz eleitoral na manhã do dia da eleição, mas antes da votação, teriam os votos impressos conferidos com o boletim de urna. Ninguém

saberia de antemão quais máquinas teriam a obrigatoriedade do voto impresso.

De acordo com Bauer, essa amostragem permitiria um processo eleitoral protegido contra a pirataria e contra a invasão no sistema de software. O senador defende o aperfeiçoamento do sistema eletrônico de votação, mas sem retrocessos.

— Nossa sugestão, com certeza, é um aperfeiçoamento que não vai aumentar custos, não vai gerar problemas. Vai apenas assegurar que nós tenhamos um sistema ainda mais confiável — considera.



Assista ao vídeo da Agência Senado sobre o voto impresso e a urna eletrônica: <http://bit.ly/votoimpresso2018>

### Saiba mais

Tribunal Superior Eleitoral  
[www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br)

Lei 13.165/2015  
<http://bit.ly/leivotoimpresso>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em [www.senado.leg.br/especialcidadania](http://www.senado.leg.br/especialcidadania)

# Policiais pedem equipamento de qualidade

Coletes à prova de bala vencidos, viaturas inadequadas e sem manutenção e armamento ultrapassado tornam desigual a luta contra os criminosos, disseram debatedores

A COMISSÃO DE Direitos Humanos (CDH) vai pedir à Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que elabore uma regulamentação específica para viaturas das polícias de todo o Brasil. Além disso, a CDH receberá das entidades policiais sugestões de propostas legislativas que ajudem a melhorar as condições de trabalho das forças de segurança pública do país.

Em audiência ontem, os parlamentares ouviram uma série de queixas dos profissionais, que estão insatisfeitos com as condições de trabalho e com a precariedade das armas e equipamentos por eles utilizados. Segundo os agentes, coletes à prova de balas vencidos, viaturas inadequadas e sem manutenção e armamento ultrapassado tornam desigual a luta contra os criminosos.

— Vivemos num país violento, com crescente escalada de confrontos, e com policiais expostos. Existe uma discrepância evidente em termos de qualidade, se compararmos as polícias brasileiras com as de outros países — afirmou o chefe de gabinete do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Eduardo Aggio de Sá.



Para José Medeiros (3º à esq.), que presidiu o debate, a indústria nacional de armas precisa evoluir

Os convidados foram unânimes na defesa de mais flexibilidade na compra de equipamentos e armas. Atualmente, as polícias civil e militar, por exemplo, não podem usar o calibre 9 milímetros, restrito à Polícia Federal e às Forças Armadas. Além disso, as instituições são obrigadas a comprar armas nacionais, que nem sempre têm a mesma qualidade das importadas.

— A polícia, para comprar uma arma, tem que ter autorização do Exército e a arma tem que ser nacional. O resultado é que pagamos mais caro nas armas e munições brasileiras de má qualidade e não podemos importar um equipamento de nível superior — reclamou o coronel Elias Miler da Silva, diretor de Assuntos Legislativos da Federação Nacional de Entidades de Oficiais

Militares Estaduais (Feneme).

O coronel lembrou que 500 policiais são mortos por ano no Brasil, algo que não acontece em lugar nenhum do mundo, e o fato não chama a atenção da mídia. Segundo ele, recentemente a Polícia Militar de São Paulo comprou milhares de fuzis Taurus que estão parados porque “não prestam”. Também adquiriu pistolas que disparam sozinhas, ferindo policiais.

— O Brasil precisa abrir suas portas. Precisa flexibilizar. A importação tem que ser ampliada. Os tempos são outros — alertou.

Na condução do debate, José Medeiros (PPS-MT) lamentou o fato de a segurança pública não ser prioridade para os governos no Brasil. O senador disse que o debate na CDH não foi para criticar as fabricantes de armas nacionais, mas para deixar claro que as empresas precisam evoluir.

— Defendo a indústria nacional, mas, quando se trata de segurança, pode ser necessário outra saída. Não são as compras do governo federal que sustentam a indústria nacional, até porque ela exporta para o mundo inteiro — afirmou.

## Telefônicas podem ser obrigadas a identificar todas as chamadas

As operadoras de telefonia fixa ou móvel podem ser obrigadas a oferecer aos usuários, gratuitamente, serviço de identificação de chamada, conforme substitutivo de Walter Pinheiro (PT-BA) ao PLS 433/2013. O texto será votado, em caráter terminativo, pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) hoje.

O projeto determina que, nas chamadas telefônicas feitas por pessoa física ou por empresa, seja informado ao destinatário da ligação o número do telefone que originou a chamada. Esse serviço deve ser prestado sem custo adicional para os usuários da telefonia. Ainda conforme o substitutivo, ficará proibida a venda de produtos ou serviços que impeçam ou dificultem a identificação do número que originou a chamada.

Atualmente, quem recebe uma chamada de um aparelho que tenha esse tipo de dispositivo vê na tela mensagens como “bloqueado”, “restrito” ou “não identificado”. O mecanismo favorece a ação de criminosos “que

procuram aterrorizar suas vítimas sob o manto do anonimato”, afirma o autor do projeto, ex-senador Vital do Rêgo, na justificativa.

“A proposição garante aos usuários da telefonia um direito essencial à segurança de sua comunicação. Contribui para evitar o uso das redes de telefonia para a prática de crimes e de abusos contra seus usuários”, reforça o relator na CCT, Walter Pinheiro.

Ele observa ainda que o procedimento para identificação da chamada pode ser adotado sem custo para as operadoras.

O relator fez mudanças no texto original para ajustes de técnica legislativa e também para conceder o prazo de 60 dias, após a publicação da nova lei, para que as operadoras cumpram as medidas.

Também estão na pauta de votação da CCT, em caráter terminativo, 41 projetos de decreto legislativo referentes à outorga de autorização, permissão ou concessão e renovação de permissão ou de concessão de serviços de radiodifusão.

## Comissão vota isenção fiscal sobre energia para Olimpíadas

A comissão mista que analisa a MP 693/2015 se reunirá hoje para votar o relatório do deputado Manoel Junior (PMDB-PB). A medida provisória concede isenção fiscal para empresas responsáveis pelo fornecimento de energia nos locais dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

A MP cancela ou suspende a incidência de nove tributos para as distribuidoras de energia. Além do Rio de Janeiro, sede dos dois eventos, serão realizadas partidas de futebol em São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Brasília e Manaus. As empresas também poderão se valer desses benefícios nas obras de construção civil e para a compra ou o aluguel de máquinas.

A isenção fiscal ainda poderá ser usufruída pelos Comitês Internacionais Olímpico e Paralímpico, assim como pelas federações esportivas internacionais e pelos atletas que participarão dos eventos.

Entre os tributos, estão a Cide-Combustíveis, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a Cofins (desde que vinculada à importação), o Im-

posto de Importação, a contribuição para o PIS-Pasep incidente sobre a importação de serviços ou bens e o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante.

A medida também concede às distribuidoras de energia a isenção do Imposto de Renda Retido na Fonte que incide sobre os valores pagos ou remetidos em virtude de prestação de serviços, fornecimento de bens ou aluguéis.

Outro ponto da MP é a isenção de pagamento da Taxa de Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército, que passa a beneficiar todas as pessoas jurídicas responsáveis pela organização tanto das Olimpíadas quanto das Paralimpíadas. A medida também valerá para todos os eventos-testes relacionados com os Jogos.

A medida provisória precisa ser votada pelos Plenários da Câmara e do Senado até o dia 8 de março para não perder a validade. A comissão é presidida por Blairo Maggi (PR-MT) e tem Telmário Mota (PDT-RR) como relator-revisor.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra  
**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Icassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Coordenação de Edição:** Silvio Burtle  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Tônio Régio/ABR



Crianças assistem a aula: texto em análise no Senado beneficia ensino público com dinheiro de venda ou aluguel de terreno

## Texto cria regra para venda de terreno de escola fechada

De acordo com proposta, que será votada hoje na Comissão de Educação, dinheiro obtido com patrimônio de colégio estadual ou municipal que encerra atividades deverá ser aplicado no ensino público

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) deve votar hoje um projeto de lei que define regras para a extinção de escolas públicas e a destinação do seu patrimônio, incluindo o aluguel e a venda do prédio e do terreno. De acordo com o PLS 10/2012, será necessária a autorização dos conselhos estaduais e municipais de Educação.

O projeto diz que todo o dinheiro resultado da venda ou do aluguel deverá ser destinado à respectiva secretaria estadual ou municipal de Educação, para ser aplicado no ensino público.

A proposta é do ex-senador Vital do Rêgo. De acordo com ele, a rede pública de ensino em todo o país necessita adequar a infraestrutura e reestruturar espaços para garantir oferta de vagas de acordo com os novos parâmetros educacionais, incluindo a universalização de creches até 2016.

Para isso, observou Vital, novas escolas estavam sendo construídas, enquanto inúmeras outras precisam ser encerradas e até demolidas, por estarem obsoletas.

O problema, segundo ele, é que essas extinções e demolições nem sempre são feitas de acordo com o interesse da educação e da aprendizagem dos alunos, sendo conduzidas sem critérios adequados e muitas vezes servindo à especulação imobiliária.

### Recomendação

“Não vemos melhor forma de disciplinar a matéria senão subordinando-a ao exame dos conselhos estaduais e municipais de Educação a que as escolas em questão se subordinam e tornando imperativa a destinação de qualquer receita obtida com a venda ou outra operação imobiliária que atinja os

prédios escolares a fortalecer o próprio financiamento da educação”, escreve Vital.

O substitutivo apresentado pelo relator, Douglas Cintra (PTB-PE), não exige a autorização dos conselhos para a venda de terrenos. Diferentemente do que prevê o texto original, o relator exige apenas uma “prévia manifestação” para que ela ocorra. A palavra dos conselhos, portanto, deixa de ser decisiva, transformando-se em recomendação.

Se aprovado o substitutivo, a proposta será incluída na pauta da próxima reunião da CE, para votação em turno suplementar. Depois, o texto irá diretamente para análise na Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para votação no Plenário do Senado.

### Instrumento musical

Outro projeto na pauta da Comissão de Educação determina a isenção do IPI e de tributos que incidem sobre importações (PIS-Pasep e Cofins) na compra de instrumentos musicais (PLS 329/2015). A proposta é de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Pelas regras, os músicos terão que atuar profissionalmente para ter direito à isenção. Além disso, eles somente poderão se beneficiar da isenção uma vez a cada 36 meses para a importação e a cada 24 meses para compras no mercado interno.

Em voto favorável ao projeto, o relator, Cristovam Buarque (PDT-DF), diz que a medida não enfraquece a indústria nacional, pois, além de restringir os benefícios da isenção de imposto às orquestras e ao músico profissional, limita a aquisição a apenas um instrumento.

A proposta será ainda

analisada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa (sem necessidade de posterior votação no Plenário).

### Gastronomia

A CE também pode votar hoje o PLS 379/2015, que inclui a gastronomia entre as formas de manifestação cultural que podem ser objeto de incentivo pela Lei Rouanet.

Assim, o segmento da gastronomia poderá receber doações e patrocínios nos moldes garantidos pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), mais conhecido como Lei Rouanet. As doações privadas para os projetos podem ser abatidas no Imposto de Renda devido pelas empresas. A proposta foi apresentada por Davi Alcolumbre (DEM-AP).

Pelo texto, o termo gastronomia corresponde a seu sentido mais amplo, abrangendo a culinária, as bebidas, os utensílios e materiais utilizados, os cardápios e as técnicas de preparo dos alimentos.

A relatora, Marta Suplicy (PMDB-SP), sugeriu um substitutivo ao texto que inclui pré-requisitos para acesso aos incentivos.

Segundo a proposta de Marta, os projetos aptos a captar recursos baseados na Lei Rouanet devem levar em conta a gastronomia brasileira e a cultura alimentar tradicional e popular, compreendendo atividades de pesquisa e registro, de formação e de transmissão de conhecimento.

Ela justificou a necessidade das exigências dizendo que grande parte dos projetos na área gastronômica tem viabilidade comercial, dispensando estímulos do poder público.

O projeto deve passar pela CAE, onde também terá decisão terminativa.

## Para Cristovam, corte no Orçamento não dá credibilidade ao governo

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que o corte de R\$ 23,4 bilhões no Orçamento de 2016 não tem efeito positivo sobre os agentes financeiros e os investidores por causa da falta de confiança no governo.

Segundo o senador, a irresponsabilidade fiscal do governo não vai ser corrigida com esse corte, que, em sua



Morém Moura/Agência Senado

opinião, não passa credibilidade nem é eficiente. Ele lamentou que os setores mais atingidos pela redução de verbas sejam saúde, educação e infraestrutura.

Cristovam criticou a intenção do governo de mandar ao Congresso uma proposta que o autorize a fechar as contas de 2016 com déficit.

## Capiberibe diz que rede de saúde do Amapá enfrenta situação dramática

A situação das pessoas que precisam de atendimento na rede de saúde pública do Amapá é dramática, segundo João Capiberibe (PSB-AP).

O senador disse que faltam remédios e equipamentos e que há cinco meses o governo do estado não paga os salários dos vigilantes e dos funcionários terceirizados nem as gratificações de enfermeiros. O fato, segundo ele, tem gerado

insatisfação dos trabalhadores e prejudicado a população.

Além disso, Capiberibe informou que, na sexta-feira, a Assembleia Legislativa do Amapá fará uma audiência sobre a instituição da Zona Franca Verde, com empresas interessadas na isenção de imposto se usarem matéria-prima oriunda de extração, coleta, cultivo ou criação animal.

## Segundo Medeiros, municípios sofrem com dificuldades financeiras

José Medeiros (PPS-MT) disse que os municípios estão em sérias dificuldades financeiras e pediu aos senadores que tentem mudar a situação. A constatação, segundo o senador, foi reforçada após uma recente visita que fez a dez municípios de Mato Grosso.

— Volto dessas visitas disposto a lutar por esse bravo povo mato-grossense. É no

tório que as cidades passam por problemas nas áreas de saúde, segurança e infraestrutura, como não deve ser diferente por este país afora.

O senador disse acreditar que ouvir as lideranças locais e a população é uma maneira de colher subsídios para construir políticas públicas eficientes. Para ele, as visitas vão render resultados em Brasília.

## Raupp apoia ação do Banco da Amazônia que beneficia agricultores

Valdir Raupp (PMDB-RO) comemorou o anúncio do Banco da Amazônia de uma linha de crédito de R\$ 650 milhões para que os produtores rurais da região compreem insumos como calcário. Eles pagarão os financiamentos em dez anos, com juros de 5,5% ao ano e três anos para



Jefferson Ruy/Agência Senado

começar a pagar. A ação, diz Raupp, se soma a outra boa notícia: a instalação de uma usina de beneficiamento de calcário em Parecis (RO).

— Quando a ação dos grandes empreendedores encontra receptividade nos órgãos públicos de fomento, a comunidade só tem a ganhar.

## Lasier quer reduzir poder do governo na escolha de ministros do STF

Lasier Martins (PDT-RS) apresentou uma proposta de emenda à Constituição que muda o sistema de preenchimento de vagas no Supremo Tribunal Federal.

Na avaliação do senador, os ministros do STF devem ser escolhidos a partir de uma lista tríplice indicada por



Jefferson Ruy/Agência Senado

um colégio de sete membros.

Lasier classificou de absolutista o sistema atual de indicação, por depender unicamente do presidente da República e tornar o STF vulnerável ao aparelhamento partidário. A proposta estabelece um mandato fixo de dez anos para os ministros.

# Senadores pedem esclarecimentos a Delcídio

Discursos comentaram notícias atribuindo ao parlamentar, liberado da prisão preventiva sexta-feira, a declaração de que, se cassado, levaria consigo “metade do Senado”

SENADORES REAGIRAM ONTEM a uma declaração polêmica atribuída a Delcídio do Amaral (PT-MS) pela imprensa. Jornais noticiaram que o parlamentar — liberado da prisão preventiva na semana passada — disse a interlocutores que “leva metade do Senado” consigo caso tenha o mandato cassado por quebra de decoro parlamentar. Em Plenário, senadores pediram que Delcídio desminta a declaração ou divulgue os nomes dos que pretende denunciar.

— Fazendo isso, ele estará contribuindo muito para o Brasil. O que não pode é que todos fiquem suspeitos — disse Telmário Mota (PDT-RR).

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) observou que, caso Delcídio desminta a declaração, os jornais devem publicar a correção com o mesmo destaque dedicado à manchete.

— Não admito ser colocada sob suspeição. Essa não é uma notícia qualquer. Quero crer que ele não tenha dito isso, mas ele precisa procurar a imprensa. Se não, fica parecendo que o Senado é composto de reféns.

Para Ana Amélia (PP-RS), a declaração pode fazer parte de uma manobra para pressionar o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, que julgará representação contra Delcídio.

— Se for apenas uma ameaça para tentar intimidar, é uma situação grave e inusitada. O que vale é a instituição e é por ela que devemos zelar. É preciso dar nome aos bois — afirmou.

Cristovam Buarque (PDT-DF) solicitou esclarecimentos para que o Senado não fique sob suspeita.



Pedro França/Agência Senado

Delcídio não deve discursar em Plenário hoje, segundo informou ontem a assessoria do senador

— Primeira coisa é saber: a notícia é confirmada ou não? Depende do senador. Se não confirmar, fica como uma matéria do jornal. Se confirmar, que ele diga quais são os 50%.

Da mesma forma, Acir Gurgacz (PDT-RO) cobrou explicações.

— Quero crer que é mais uma notícia, e não uma afirmação. Se a notícia se confirmar, é preciso que se dê nome a esses senadores.

A assessoria de Delcídio do Amaral afirmou que ele não discursará em Plenário hoje.

## Comissão cancela eleição de presidente

Foi cancelada a eleição do novo presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), prevista para hoje. O colegiado escolheria o sucessor do presidente eleito no ano passado, Delcídio do Amaral, liberado da prisão preventiva sexta-feira. O cancelamento foi determinado pelo presidente em exercício da comissão, Raimundo Lira (PMDB-PB).

Com a mudança, a CAE terá uma reunião deliberativa, às 10h, com 31 itens na pauta. Entre eles, a Mensagem 71/2015, com a programação monetária do governo para o quarto trimestre de 2015, relatada por Gleisi Hoffmann (PT-PR). Também na pauta, projeto prorroga a autorização para contratação de empréstimo destinado ao Programa de Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PRS 6/2016).

## Conselho de Ética delibera amanhã sobre relator

O presidente do Conselho de Ética do Senado, João Alberto Souza (PMDB-MA), convocou para amanhã uma reunião que tem em pauta o pedido da defesa de Delcídio do Amaral.

Delcídio solicitou a destituição de Ataídes Oliveira (PSDB-TO) da relatoria da representação por quebra de decoro parlamentar.

Os advogados alegam que Ataídes não pode ser responsável pela decisão

de abrir um processo de cassação, já que pertence a um partido que assinou a representação. Ataídes já declarou que não se sente impedido de proferir o parecer. João Alberto afirmou que a decisão será dos integrantes do colegiado.

— Por mim, encaminharei [o caso] ao plenário do Conselho de Ética.

Caso o conselho decida pela troca de relator, o prazo para análise da

defesa prévia já apresentada pelos advogados de Delcídio será reiniciado.

João Alberto também disse que a soltura de Delcídio não altera o andamento do processo e negou que possa haver constrangimento em eventuais encontros de Delcídio com os integrantes do conselho.

— Não vejo nada antiético, pois é assim que tem acontecido nos últimos tempos — disse.

## Audiência debate uso do FGTS no Minha Casa

A comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 698/2015 promove audiência pública hoje, às 14h30, para debater o texto, que muda as regras do Programa Minha Casa, Minha Vida em relação aos financiamentos com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O objetivo é dar garantia nos casos em que os beneficiários não quitarem as prestações dos imóveis que serão construídos com recursos do fundo.

O fundo já opera com o pagamento de parte da aquisição de imóveis novos produzidos pelo Minha Casa, Minha Vida. Porém, as regras do FGTS exigem um tipo de garantia específica e, por isso, será necessário que o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) possa garantir o risco

de crédito no financiamento imobiliário ao agente financeiro, como ocorre hoje, mas em favor do beneficiário.

Para essa medida, será feita uma caução de depósito dos valores recebidos do FGTS exatamente no montante correspondente ao valor financiado ao mutuário, prevendo devolução do crédito ao FAR.

Na justificativa da MP, o governo explica que, dessa forma, abre-se uma fonte alternativa de recursos para a continuidade do Programa Minha Casa, Minha Vida, principalmente com novo fluxo de pagamentos para o FAR.

Foram convidados para a audiência representantes dos Ministérios do Planejamento, da Fazenda e das Cidades, do Tesouro Nacional, da Caixa Econômica Federal, do Con-

selho Curador do FGTS, da Câmara Brasileira da Indústria da Construção e da Federação das Associações de Moradores e Inquilinos de Brasília e Região do Entorno (Famibre).

Também devem participar representantes do Movimento Nacional de Luta Pela Moradia, da União Nacional por Moradia Popular do Distrito Federal e das Prefeituras do Rio de Janeiro, de Maracanaú (CE) e de Sobral (CE).

O presidente da comissão é o senador Benedito de Lira (PP-AL) e o vice-presidente, o deputado Hildo Rocha (PMDB-MA). O relator é o deputado Arnon Bezerra (PTB-CE) e a relatora-revisora, a senadora Regina Sousa (PT-PI).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

## CPI das Próteses ouve relato de investigação feita por deputados

A CPI das Próteses que funciona no Senado ouve hoje o deputado Dr. João (PR-RJ), sobre os resultados do trabalho da comissão parlamentar de inquérito que atuou na Câmara dos Deputados com o mesmo objetivo: investigar irregularidades em tratamentos médicos com próteses e órteses.

A CPI da Câmara, que encerrou os trabalhos no ano passado, constatou que há, em vários estados, cooptação de profissionais por fabricantes e distribuidores de dispositivos médicos; cobrança irregular, por parte de hospitais, de taxas de comercialização sobre o valor dos dispositivos; e pedidos de liminares com sobrepreço.

Os deputados apuraram ainda que, em muitos casos, são feitas cirurgias desnecessárias.

O relatório final da CPI na Câmara pediu o indiciamento de dez pessoas envolvidas em irregularidades: médicos, empresários, vendedores e uma advogada.

Também foi pedido o indiciamento de 16 empresas do setor, para que órgãos como Polícia Federal e Ministério Público dessem prosseguimento à investigação.

A CPI das Próteses no Senado terá até agosto de 2016 para apresentar a conclusão do trabalho. A reunião de hoje foi requerida pelo presidente da comissão, Magno Malta (PR-ES).

## Texto que visa reduzir desigualdades regionais pode ser votado

Transformar o Orçamento da União e o de investimento das estatais em instrumentos de redução das desigualdades regionais é o principal objetivo de projeto que pode ser votado hoje na Comissão de

Assuntos Econômicos (CAE). O PLS 100/2014 — Complementar obriga o governo a incluir no projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) demonstrativo regionalizado dos investimentos.

Apresentada em 2014 pelo então senador Garibaldi Alves, a proposta determina que os investimentos sejam distribuídos entre estados e Distrito Federal conforme percentuais mínimos de

participação. Esses recursos serão calculados com base na população e na renda per capita apuradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O parecer do relator, Walter

Pinheiro (PT-BA), é favorável ao texto. Segundo o senador, o projeto diminui o espaço para decisões sobre recursos baseadas em critérios que possam prejudicar os estados com menor influência política.